

ECONOMIA
BRASIL

CORREIO BRASILEIRO

Ajuste adiado

27 JUL 1994

Em seminário promovido pelo Banco Central esta semana ("Uma visão para o terceiro milênio"), economistas influentes — inclusive um dos pais do Plano real, André Lara Resende — tiveram oportunidade de reiterear conhecidas paranóias quanto à solidez do quadro econômico.

Não há novidade no diagnóstico: houve deterioração nas contas públicas em 1995 e, ao contrário do que se imaginava, não estão sendo saneadas este ano. Mais: o instrumento básico da estabilização econômica continua sendo o câmbio artificial, o que gera efeitos colaterais preocupantes, sobretudo quanto ao ingresso de capital externo.

O ponto central é a arrumação das contas públicas. Sem ela, a estabilidade da moeda corre riscos. Para obtê-la, é preciso dar seqüência às reformas do Estado, sobretudo a fiscal. E aí chega-se ao nervo da crise: o governo não tem base parlamentar para promover as reformas na extensão e profundidade necessárias.

Não significa que o país está inviabilizado ou que o governo entrou em colapso. Significa apenas que os prazos antevistos pelo governo para a retomada do crescimento e a superação do sufoco econômico-financeiro terão que ser reavaliados. O governo elegeu-se e empossou-se sob a égide das reformas constitucionais. Mostrou poderio parlamentar no seu primeiro semestre, quando parecia em condições de aprovar o que quisesse.

Não soube, porém, aproveitar o embalo da estréia. Perdeu o *timing* do processo. Já no segundo semestre, começaram as resistências em sua base parlamentar, agravadas, este ano, com o tema da reeleição. O presidente já constatou que para questões menos polêmicas consegue aglutinar maioria, até com relativa facilidade. Basta ver os resultados obtidos na convocação extraordinária, quando aprovou mais de 20 matérias. Para as reformas estruturais, porém, a situação complica-se.

A criação de um Ministério da

Coordenação Política, para o qual indicou seu ex-líder na Câmara, deputado Luís Carlos Santos, é uma tentativa de dar mais consistência e operacionalidade a essa base parlamentar. A troca de conversa e prestação de serviços (que o vulgo chama de clientelismo), o governo faz os ajustes em conta-gotas. As recentes acusações de favorecimento político na execução do orçamento ilustram essa metodologia, que, no entanto, não tem eficácia para resolver questões estruturais, das quais depende a consolidação da economia.

Fala-se que, passadas as eleições, o governo recorrerá à clássica receita nacional para gerar maioria no Congresso: reforma ministerial. Por aí, teria meios de recompor sua base e retomar as reformas, sem o obstáculo das urnas e palanques. Nesse caso, a hipótese de recomposição das contas públicas fica para o ano que vem, quando, no entanto, enfrentará novo obstáculo: a corrida sucessória e, com ela, a reeleição.